



## GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata - Gerência de de Apoio às Agências de bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

**Grupo de Trabalho Conjunto CTIL e CTIG “Aprimoramento do instrumento de cobrança pelo uso de recursos hídricos” do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH/MG**  
**Ajuda Memória da 13ª reunião, realizada no dia 5 de novembro de 2020**

<b>ENTIDADE</b>	<b>Membro Participante</b>
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	Gerson de Araújo Filho
Instituto Mineiro de Gestão das Águas	Michael Jacks de Assunção Felipe Silva Marcondes
Ministério Público de Minas Gerais - MPMG	Luciano José Alvarenga
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA	Lorena de Oliveira Moura Brenda Mara Marques
Prefeitura de São João de Manteninha	-
Companhia de Saneamento de Minas Gerais	Elizabeth Lamego Noce
Federação da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais - FAEMG	Guilherme da Silva Oliveira
Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG	Rone Frank Silva
Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa - ABRAGEL	Lizia Silva Reis
Associação das Indústrias Sucreenergéticas de Minas Gerais - SIAMIG	Jadir Silva de Oliveira
Instituto Brasileiro de Mineração - IBRAM	Denes Martins da Costa Lott
Conselho de Biologia da 4ª Região - CRBio 04	Helena Lúcia Menezes Ferreira
Movimento Verde Paracatu - MOVER	Edson Walgas de Paiva
Instituto Guaicuy - SOS Rio das Velhas	José de Castro Procópio
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária de Minas Gerais - ABES	Valter Vilela da Cunha

Associação para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro - ANGÁ	André Luiz Mendes Barcelos
Universidade Federal de Uberlândia - UFU	-
Conselho Regional de Minas Gerais - CREA/MG	Mauro da Costa Val
Instituto de Ciências Agrárias ICA (UFMG - Campus Montes Claros)	Flávio Pimenta de Figueiredo

## 1 - Abertura

- Abertura da reunião pelo Coordenador Gerson de Araújo.

## 2 - Aprovação de Ajuda Memória

- Aprovada a memória referente à 12ª reunião do grupo de trabalho.

## 3 - Apresentação do Relatório de Auditoria de Gestão realizada junto ao Instituto BioAtlântico (IBIO) e aos CBH's mineiros afluentes do rio Doce (Michelle Calazans)

- Michelle inicia fazendo uma contextualização sobre a missão e visão da Controladoria Geral do Estado - CGE. Em seguida apresenta o trabalho informando que o mesmo está sendo realizado em cinco etapas, quais sejam, IBIO, AGEVAP, ABHA, Agência Peixe Vivo e a última etapa sendo a consolidação dos resultados.

O trabalho foi realizado por uma demanda extraordinária do Gabinete do IGAM e está sendo executado de forma compartilhada entre a Controladoria Seccional do IGAM, a Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (DGAS) e a Diretoria de Administração e Finanças (DIAF).

Michelle explica o período de realização do trabalho e os instrumentos realizados para coleta das informações junto às Entidades. Em seguida, expõe as principais conclusões alcançadas no âmbito da primeira etapa do trabalho, o relatório realizado junto ao IBIO.

Em síntese, as fragilidades encontradas vão além de configurarem causas de insucessos no desempenho da gestão da Entidade Equiparada, pois impactam na funcionalidade do Sistema Estadual de Gerenciamento de recursos hídricos (SEGRH), na proposição e implementação da política pública de recursos hídricos. A falta de interação entre diversos atores e interessados, os conflitos não resolvidos na fase de formulação do PAP e os detalhes operacionais impactam para o conteúdo político da implementação dos Planos, da política pública de recursos hídricos propriamente dita.

Passo seguinte, apresenta-se os principais achados da auditoria relativamente aos questionários e entrevistas realizadas junto aos CBH's afluentes do Rio doce e do IBIO, bem como as recomendações aos principais atores do Sistema.

## 4 - Comentários e considerações

- Após a apresentação, foi passado a palavra para o José de Castro Procópio (GUAICUY), que menciona sobre a problemática do contingenciamento dos recursos da cobrança pelo estado e

sobre os recursos disponíveis para custeio (7,5%) da Entidade, o qual muitas vezes torna-se insuficiente. Menciona também a dificuldade que as Entidades possuem em encontrar maneiras para se estabelecer parcerias (com outros entes) e sugere que esse tópico seja levado em consideração nos trabalhos futuros.

Guilherme Oliveira (FAEMG) enfatiza que o contingenciamento dos recursos criou diversos problemas para as Entidades e Comitês. Ressalta que um dos pontos principais seja a capacitação dos membros dos comitês relativamente a priorização das atividades dispostos nos Planos de Recursos Hídricos. Por último, também reforça a questão das parcerias pelas Entidades.

Michelle comenta sobre as parcerias realizadas pela AGEVAP; foi identificado que as parcerias contribuem para melhores investimentos na bacia e que muitas vezes as parcerias que viabilizam a execução dos recursos. Em seguida comenta sobre os desafios da AGEVAP no âmbito da bacia do Rio Doce e a importância do PAP ser bem planejado.

Procópio (GUAICUY) ressalta que o processo de parcerias hoje não é claro e objetivo. Salienta também que o estado precisa ter programas de recuperação de bacia.

Valter Vilela (ABES) menciona sobre o principal problema existente hoje nas Entidades que são as prestações de contas não analisadas pelo IGAM, as quais estão acumuladas há anos. Sugere que esse tópico seja devidamente cobrado, pois é uma situação crítica.

Célia Frois (Agência Peixe Vivo) sugere que talvez seja interessante incluir em uma das recomendações do relatório, o acompanhamento periódico e sistemático pelo órgão gestor dos recursos da cobrança junto às Entidades. Ressalta que isso poderia amenizar os problemas existentes. Outro ponto seria a capacitação em gestão de riscos a ser implementado com os Comitês e as Entidades.

Michael (IGAM) menciona a recente mudança que está sendo implementada nos contratos de gestão, no que se refere aos novos indicadores. O novo formato é pautado pelo planejamento, buscando a avaliar o cumprimento do PAP e do POA. Outro ponto são os aprimoramentos nos instrumentos normativos dos contratos de gestão que estão sendo reformulados e implementados. Chama a atenção a respeito da integração entre as bacias, no sentido de que há um certo engessamento na legislação, já que os recursos arrecadados só podem ser aplicados na bacia em que foi gerado.

Ricardo Valory (IBIO) reforça importância dessa auditoria de gestão para a Sistema e percebe que os contratos de gestão possuíam um foco no desembolso, com metas progressivas. Esse fato juntamente com a pulverização das ações geravam um PAP superdimensionado. Outro ponto colocado é sobre a ausência de acompanhamento dos comitês nos contratos de gestão, através do seu Grupo de Acompanhamento. Por último, expõe a sobrecarga do IBIO no atendimento aos diversos comitês (Secretária Executiva), o que acaba influenciando em todo o desempenho da Entidade.

Helena Ferreira (CRBIO) considera a necessidade de aprofundar no detalhamento das recomendações realizadas no relatório de auditoria.

Michelle (IGAM) reforça que o IGAM recebeu as recomendações e muitas delas já estão sendo abordadas em um plano de ação para serem aplicadas. Menciona que o trabalho está aberto a sugestões mais pontuais e específicas.

Helena Ferreira (CRBIO) sugere que o IGAM apresente este plano de ação em um outro momento.

Michael (IGAM) reforça que esta é a primeira etapa do trabalho e que haverão outras. Desta forma, sugere que se aguarde a conclusão de todo o trabalho para que desta forma seja levantado os problemas e as ações que serão realizadas.

**Gerson de Araújo Filho**

Coordenador do Grupo de Trabalho  
Ata aprovada na 15ª reunião, 03/12/2020

**Referência:** Processo nº 2240.01.0001535/2019-94

SEI nº 22026823